

## XVI

### D. JOÃO VI NO BRASIL

Enquanto as falanges espirituais de Henrique de Sagres reuniam-se em Portugal, revigorando as forças lusitanas para a escola da energia, que foi a guerra peninsular, o exército de Ismael voltava-se para o Brasil, afim de inspirar o primeiro soberano do Velho Mundo, que pisava as terras americanas.

A esses esclarecidos agrupamentos do mundo invisivel, aliava-se agora a personalidade do Tiradentes, que se havia transformado em genio inspirador de todos os brasileiros. Ismael reune os seus colaboradores e esclarece aos devotados mensageiros: —

— “Amigos, um novo periodo surgirá agora para as nossas atividades na terra do Evangelho... Ao sopro das inspirações divinas, reformar-se-á toda a vida politica da patria onde edificaremos, mais tarde, a obra de Jesus. Procuremos inspirar a quantos se conservam á

frente dos interesses do povo, iluminando-lhes o caminho com as idéias generosas e fraternas da liberdade... Sobre os nossos esforços, ha de pairar a direçao do Senhor, que se desvela amorosamente pelo cultivo da arvore sagrada dos seus ensinamentos, transplantada da Palestina para o coração do Brasil..."

Aquela caravana de abnegados espalha-se, então, em todos os recantos da patria, distribuindo com os seus esforços fraternais as sementes de uma vida nova.

A 24 de janeiro de 1808, aporta na Baía a maior parte das embarcações que constituiam a frota real. O povo baiano recebe o principe regente e sua comitiva com as mais carinhosas demonstrações de amizade. Clarins e bandeiras anunciam, sob aquele sol quente e amigo, a presença da familia real nas terras do Cruzeiro. A cidade de Salvador julga-se, de novo, nos seus grandes dias, esperando a honra de representar novamente a capital da colonia, mas os navios descem ao longo da costa para o Rio de Janeiro.

Logo, porém, ao seu primeiro contacto com o Brasil, ao influxo das falanges do Infinito, o principe generoso sente-se tocado da mais alta simpatia para com a Patria do Evangelho.

Ainda na Baía, graças ás suas relações com o conde de Aguiar, ministro de D. João VI, José da Silva Lisbôa, mais tarde visconde de

Cayurú, consegue do soberano a abertura de todos os portos da colonia ao comercio universal. E note-se que, semelhante providencia que constitua a base primordial da autonomia brasileira, teve seus ascendentes, indiscutivelmente, na atuação das forças espirituais que presidião os movimentos iniciais da emancipação, porque, na convenção secreta de Londres em 22 de outubro de 1807, um dos pontos essenciais que deveriam ser observados em troca da proteção de Jorge II á casa de Bragança, no sentido de sua fuga para a colonia distante, era o da abertura dos portos do Brasil á livre concorrência da Inglaterra, reservando-se semelhante direito somente aos interesses britânicos. O soberano e seus ministros conheciam esas determinações, através de Lord Strangford, mas com o auxilio das influencias salutares do plano invisível, consideram a tempo o absurdo dessas exigencias, realizando as primeiras aspirações dos patriotas brasileiros.

A maravilha dos céus americanos deslumbra os olhos de D. João, que se entusiasma com a beleza natural da paisagem magnifica.

Acompanhado de um séquito numeroso de fidalgos, onde, entre muitos, destacavam-se o visconde de Anadia, elegante da época, inimigo implacável de todas as expressões indígenas da colonia, o marquês de Belas, o marquês de Anjeja, o duque de Cadaval e toda uma comi-

tiva enorme de vassalos e nobres, de guardas e criados, o soberano aportou ao Rio de Janeiro, num ambiente de geral alegria.

Nos seus novos paços, sentia-se o rei confortado e satisfeito com a magnificencia da paisagem e com a fartura da terra. Apenas D. Carlota Joaquina, com a sua educação deficiente e a sua megalomania e apego aos prazeres requintados da época, não se conformava com a situação, protestando contra todos os elementos, dentro da sua aridez de espirito e lamentavel agressividade.

As caravanias do infinito não descansaram junto das autoridades supremas da politica administrativa. Todas as possibilidades foram aproveitadas pela sua operosidade infatigavel. A primeiro de abril de 1808, levantava-se a proibição que incidia nas industrias nacionais, declaradas livres, facilitando a colaboração dos estrangeiros que se localizaram nas costas marítimas da patria do Cruzeiro, instituindo um novo periodo de trabalho construtivo do país, que ia celebrar as suas núpcias com a liberdade.

O Rio de Janeiro sob a direção do bondoso principe que, ao influxo das influencias poderosas do Alto, aqui adotara um regime muito mais liberal que as formulas de governo observadas em Lisboa, enche-se de obras notaveis. Grandes instituições são fundadas na cidade

da mais maravilhosa baía do mundo. Surgem a Escola de medicina, o Liceu de Artes e Ofícios, o Banco do Brasil; organizam-se os primórdios da Escola de Belas-Artes, cria-se a Academia de Marinha, o Conselho Militar, a Biblioteca Real; desenha-se o Jardim Botânico, como o novo encanto da cidade e, sobretudo, inicia-se com a Impressão Regia, a vida do jornalismo na patria do Cruzeiro.

Entidades benevolentes e sábias, sob a direção de Ismael espalham claridades novas em todos os espiritos e, sob os seus generosos e imponderaveis impulsos, as grandes construções do progresso brasileiro se avolumam por toda a parte, nas mais elevadas demonstrações evolutivas.

O principe, contudo, não soube manter-se constantemente dentro das linhas de sua autoridade. Com as suas liberalidades na America, criava-se em derredor da sua corte toda uma sociedade de parasitas e de inuteis. Os reinóis abastados do Rio de Janeiro e das outras grandes cidades coloniais receberam títulos e condecorações de toda a natureza. As cartas honorificas eram expedidas quase que diariamente. Por toda a parte, havia comendadores da Ordem de Cristo e cavaleiros de São Tiago, intensificando-se um grande menosprezo pelas instituições. Os nobres da época eram os novos ricos do mundo moderno. Conquistados os

titulos, sentiam-se no direito de viver colados ao orçamento da despesa, apodrecendo, longe do trabalho. Só os gastos da despensa da corte, dos quais vivia a multidão dos criados, no Rio de Janeiro, ao tempo de D. João VI, aproximavam-se da respeitável importancia de mais de quinze mil contos de réis ! O alojamento dos fidalgos e de suas familias exigiu, por vezes a fio, as mais energicas providencias da autoridade, no capitulo das expropriações. A chamada lei das aposentadorias obrigava todos os inquilinos e proprietarios a cederem suas casas de residencia aos favoritos e aos famulos reais. Bastava que qualquer fidalgote desejasse este ou aquele predio, para que o Juiz Aposentador efetuasse a necessaria intimação, afim de que fosse imediatamente desocupado. Ao oficial da justiça, incumbido desse trabalho, bastava escrever na porta de entrada as letras "P. R.", que se subentendiam por "Príncipe Regente", inscrição que a malícia carioca traduzia como significando — "ponha-se na rua".

Mcreira de Azevedo conta-nos em suas páginas, que Agostinho Petra Bittencourt era um dos juízes aposentadores ao tempo de D. João VI, quando lhe apareceu um fidaldo da corte, exigindo pela segunda vez uma residencia confortavel, apesar de já se encontrar muito bem instalado. Decorridos alguns dias, o mesmo

homem requer a mobilia, e daí a algum tempo solicita escravos. Recebendo a terceira solicitação, o juiz indignado em face dos excessos da corte do Rio, exclama para a espôsa, gritando para um dos apartamentos da casa: —

— “Prepare-se, D. Joaquina, porque por pouco tempo poderemos estar juntos...”

E indicando á mulher, que viera correndo atender ao chamado, o fidalgo que ali esperava a decisão, concluiu com ironia: —

— “Este senhor já por duas vezes exigiu casa; depois pediu-me mobilia, e agora vem pedir criados. Dentro em breve, desejará também uma mulher, e como não tenho outra senão a senhora, serei forçado a entregá-la.”

Todavia, embora todos os absurdos e todas as despesas, que seriam de muito excedidos nos odiosos processos revolucionarios, caso o país fosse obrigado a exigir, pelas armas, a sua emancipação, a corte de D. João VI ia prestar ao Brasil os mais inestimaveis serviços, no capítulo de sua autonomia e de sua liberdade, sem os abusos criminosos das lutas fratricidas.